

Ao Agente de Contratação Responsável do Município de Santo Antônio do Amparo – Estado de Minas Gerais

Ref.: Pregão Eletrônico nº 037/2025

Processo Licitatório nº 092/2025

WIN LICITAÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 44.940.206/0001-77, com sede na Rua Doutor Manoel Pedro, nº 365, cj. 806, Curitiba-PR, CEP 80035-030, comparece respeitosamente, perante a Ilma. Pregoeira, por meio de seu Representante Legal, com fulcro no item 2 do Edital, para apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2025**, conforme fundamentos de fato e de direito a seguir expostos.

1. DA SÍNTESE DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2025

O Pregão Eletrônico nº 037/2025 possui como objeto a *“CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO, VISANDO O FORNECIMENTO DE CONECTIVIDADE IP DEDICADO E DE LINKS DE COMUNICAÇÃO DEDICADOS PARA ACESSO IP À REDE MUNDIAL DA INTERNET, SUPORTANDO APLICAÇÕES TCP/IP COM A VELOCIDADE VARIANDO ENTRE 200.000 KBPS E 01 GIGABYTE, INCLUINDO A INFRAESTRUTURA E OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À SOLUÇÃO, CONFORME ANEXO X – TERMO DE REFERÊNCIA”*.

O Edital, por meio de seu subitem 10.12, previu os documentos de qualificação técnica que os licitantes devem apresentar:



(41) 3538 8467



contato@winlicitacoes.com.br



win.licitacoes



www.winlicitacoes.com.br



Edifício Opus One Cabral: Rua Doutor Manoel Pedro, nº 365, Cj. 806, Bairro Cabral, Curitiba - PR, CEP: 80035-030

10.12 Qualificação Técnica (Art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021)

10.12.1 – Licença/Autorização, junto à ANATEL da Estação de Transmissão para a prestação dos serviços ora licitados;

10.12.2 – Atestado de Capacidade Operacional, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços do Objeto do presente certame, por período igual ou superior a 12 (doze) meses e de conectividade igual ou superior a 200.000 kbps.

Conforme se demonstrará a seguir, a exigência de apresentação de atestado, **sem o devido registro no CREA**, é excessivamente básica e insuficiente para atestar a regular prestação prévia de serviços com objeto similar pelas licitantes e, dessa forma, não contribuirá para seleção da melhor proposta para a Administração Pública a nível de eficiência e qualidade.

A não exigência do registro do Atestado junto ao CREA e de registro da própria empresa licitante junto ao CREA permitirá a participação de empresas sem experiência efetivamente comprovada e potencialmente irregulares, o que poderá gerar prejuízos à Administração e comprometer o interesse público envolvido na contratação, sendo necessário o reforço dos requisitos de qualificação técnica, dada a complexidade do objeto licitado.

2. DAS RAZÕES PARA REFORMA DO EDITAL

A) DA NECESSIDADE DE EXIGÊNCIAS COMPLEMENTARES PARA A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

Como exposto, as exigências de qualificação técnica previstas pelo Edital são insuficientes e desproporcionais à complexidade dos serviços a serem contratados, uma vez que não há qualquer menção à necessidade de registro da empresa no CREA ou de comprovação da capacidade técnica por meio de atestados devidamente acervados.



O art. 67 da Lei nº 14.133/2021 estabelece os requisitos mínimos para qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, visando assegurar que apenas empresas realmente capacitadas e com experiência comprovada na execução do serviço possam ser habilitadas. Entre os documentos elencados na legislação estão:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

O objetivo da exigência de qualificação técnica em um procedimento licitatório é garantir que o fornecedor possua a experiência necessária para executar o serviço de maneira eficaz, segura e contínua, sem comprometer o interesse público. A ausência de exigências essenciais, como o registro no CREA do atestado, da empresa e do engenheiro responsável, compromete a confiabilidade do processo e pode resultar na contratação de empresas sem a qualificação necessária para a execução do serviço licitado.



A partir disso, a Administração deverá exigir comprovação de aptidão técnica para o desempenho da atividade contratada, assegurando que apenas empresas capacitadas participem do certame. Isso significa que, para serviços de alta complexidade como infraestrutura de telecomunicações, é imperativo que os licitantes demonstrem capacidade técnica compatível, por meio de atestados devidamente acervados.

A qualificação técnico-operacional é especialmente relevante quando se trata de serviços altamente especializados, como a prestação de acesso à internet, que exige expertise técnica avançada e experiência comprovada. A ausência de exigências para atestados devidamente acervados junto ao CREA pode gerar prejuízos irreversíveis à Administração Pública, caso o serviço seja prestado de forma inadequada ou ineficiente.

A ausência de exigências para a qualificação técnica poderá ser interpretada como uma desídia da Administração Pública face à complexidade do objeto licitado e à vultuosidade da contratação, sujeitando-se ao prejuízo na execução do objeto e, consequentemente, ao interesse público envolvido.

A jurisprudência dos Tribunais Pátrios estabelece que a exigência de comprovação da qualificação técnica consiste em regra geral na licitação, com dispensa autorizada apenas por meio de ato motivado

DIREITO ADMINISTRATIVO – REEXAME NECESSÁRIO – MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS E PIAS MÓVEIS – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL – ETAPA DE HABILITAÇÃO – **NÃO EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS INTERESSADOS – VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO E DA ISONOMIA – ILEGALIDADE CONFIGURADA – NULIDADE DO PROCESSO LICITATÓRIO** – SEGURANÇA CONCEDIDA – SENTENÇA CONFIRMADA.

- A qualificação técnica, prevista nos artigos 27, inciso II, e 30, da lei 8.666/93, é o meio pelo qual a Administração assegura que a empresa vencedora terá condições técnicas e legais de cumprir as obrigações pactuadas e de que estas serão cumpridas da forma adequada. **Por isso, a exigência de comprovação da qualificação técnica é regra geral na licitação, não podendo ser dispensada pelo administrador, salvo em certames com objeto de menor complexidade, por meio de ato motivado.**

- A dispensa discricionária do requisito da qualificação técnica acaba por ferir não somente o interesse público, mas também o princípio da isonomia, na medida em que o administrador poderá admitir a participação de uma empresa que não cumpre requisito previsto em lei especial ou que não tenha capacitação técnico-operacional ou técnico-profissional, em igualdade de condições com a empresa que atende integralmente às condições elencadas no artigo 30 da lei 8.666/93.

(TJMG - Remessa Necessária- CV 1.0000.20.440622-7/001,
Relator(a): Des.(a) Moreira Diniz, 4ª CÂMARA CÍVEL, DJ 21/08/2020)

E M E N T A – REEXAME NECESSÁRIO – MANDADO SEGURANÇA – LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA – **AUSÊNCIA DE EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA ESPECIALIZADA – RETIFICAÇÃO DO EDITAL – POSSIBILIDADE – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Não é recomendável que, em se tratando de um objeto com certa complexidade na sua execução, deixe a Administração de exigir a comprovação da qualificação técnica dos licitantes. Logo, a ausência de exigência de qualificação técnica, exigida pelo art. 27, II, c/c art. 30, ambos da Lei 8.666/93, enseje a sua retificação.**

(TJ/MS. Remessa Necessária Cível n. 0801464-98.2015.8.12.0031,
Caarapó, 3ª Câmara Cível, Relator (a): Des. Eduardo Machado Rocha, DJ 07/12/2016)

Nesse sentido, a Lei de Licitações estabelece que a fase preparatória do processo licitatório deverá contemplar a elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP), contendo, dentre seus elementos obrigatórios, a fundamentação acerca dos requisitos da contratação, bem como delimitação do objeto e critérios para seleção dos fornecedores:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

(...) I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido

(...) § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

(...) III – requisitos da contratação

É nesta etapa que serão definidas as informações relevantes relacionadas à delimitação do objeto e às condições de execução, bem como a elaboração da *“motivação circunstanciada das condições do edital, como justificativa de exigências de qualificação técnica, de qualificação econômico-financeira e das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio (...)”*¹. Ou seja, o ETP deverá dispor as justificativas suficientes para as exigências de qualificação técnica e econômico-financeira que serão estabelecidas pelo Edital para a seleção de fornecedores.

Fato é que a Lei de Licitações elenca a partir do art. 62 a documentação passível de ser exigida, sendo que as condições de habilitação serão definidas pelo Edital. Ainda que a escolha pela utilização ou não de um determinado requisito de habilitação esteja no âmbito da discricionariedade da Administração Pública (o que não se discute), **a opção ou não pela inclusão dos requisitos deverá ser devidamente fundamentada em ETP, como expressamente estabelecido pela jurisprudência aplicável ao caso.**

Verifica-se que sequer foi disponibilizado o ETP junto com o Edital, tendo como consequência lógica, a ausência de justificativa técnica suficiente para o afastamento de exigências básicas de habilitação (solicitação de atestados de capacidade técnica devidamente registrado no CREA e inscrição da empresa e do responsável técnico no Conselho competente). Diante da ausência de justificativa, é ilegal a não aplicação de requisitos de qualificação expressamente previstos na legislação e indispensáveis à adequada execução do objeto.

A execução de serviços de telecomunicações e infraestrutura de redes requer a presença de profissionais habilitados, conforme preconiza a Lei nº 5.194/1966, que

¹ ALVES, Francisco Sérgio Maia. **Lei de Licitações e Contratos comentada**: análise da Lei nº 14.133/2021, artigo por artigo, segundo uma visão crítica e prospectiva da jurisprudência do Tribunal de Contas da União. Belo Horizonte: Fórum, 2023. p. 201.

regula o exercício das profissões de engenharia e agronomia, e exige que empresas que executam serviços técnicos de engenharia estejam devidamente registradas no CREA.

Dessa forma, a ausência de exigência de atestados de capacidade técnica devidamente registrados e inscritos no CREA viola os princípios da eficiência, da competitividade e da isonomia, pois permite a participação de empresas sem a devida capacitação técnica.

O edital também não prevê a obrigatoriedade de registro no CREA para a empresa participante e seus responsáveis técnicos, o que pode resultar na habilitação de licitantes sem a devida capacidade técnica e legal para a execução do objeto do certame.

A exigência de inscrição no CREA encontra respaldo no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que impõe a necessidade de qualificação técnica nos processos licitatórios, bem como no artigo 58 da Lei nº 14.133/2021, que exige a presença de profissional habilitado e responsável técnico. Assim, a exigência de registro no CREA é indispensável para garantir a regularidade da execução dos serviços e a segurança do contrato.

Ainda, frisa-se que, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) de empresas que atuam como provedores de internet contempla os seguintes CNAEs: CNAE 6120-5/99 (Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente), o CNAE 6120-6/99 (Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente) CNAE 6190-6/99 (Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente) e, especialmente 6110-8/03 (Serviços de comunicação multimídia), que refletem a essência técnica dessas operações.

Tanto o é que os CNAEs mencionados estão também listados pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – CREA/MG, conforme se verifica:



| J | INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO |
|-----------|--|
| 61 | TELECOMUNICAÇÕES |
| 61.1 | Telecomunicações por fio |
| 61.10-8 | Telecomunicações por fio |
| 6110-8/01 | Serviços de telefonia fixa comutada - STFC |
| 6110-8/02 | Serviços de redes de transporte de telecomunicações - SRTT |
| 6110-8/03 | Serviços de comunicação multimídia - SCM |
| 6110-8/99 | Serviços de telecomunicações por fio não especificados anteriormente |
| 61.2 | Telecomunicações sem fio |
| 61.20-5 | Telecomunicações sem fio |
| 6120-5/01 | Telefonia móvel celular |
| 6120-5/02 | Serviço móvel especializado - SME |
| 6120-5/99 | Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente |
| 61.3 | Telecomunicações por satélite |
| 61.30-2 | Telecomunicações por satélite |



Ou seja, os “Serviços de Informação e Comunicações” são regidos pelo CREA, e consequentemente, o Serviço de Comunicação Multimídia também o é.

Em outros termos, o SCM outorgado pela Anatel, permite à empresa prover acesso à internet em alta velocidade por diferentes tecnologias. Isto é, é uma requisição obrigatória, para operar legalmente com estrutura própria, a partir do CNAE 611-8/03, não bastando, portanto, utilização de CNAEs genéricos, como de Suporte em Ti (6209-1/00), ou de Portais e Provedores de Conteúdo (6311-9/00).

Conforme exposto, a prestação de serviços de comunicação multimídia, por sua complexidade e por envolver a concepção, projeto, execução e manutenção de sistemas de telecomunicações, está diretamente ligada às atribuições dos profissionais de engenharia, também chamando às disposições da Lei nº 5.194/1966, que regulamenta o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Agrônomo.

O art. 1º da referida Lei estabelece que

Art. 1º As profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo são caracterizadas pelas realizações de interesse social e humano que importem na realização dos seguintes empreendimentos:

- a) aproveitamento e utilização de recursos naturais;
- b) meios de locomoção e comunicações;
- c) edificações, serviços e equipamentos urbanos e rurais;
- d) produções industriais e agropecuárias;
- e) desenvolvimento de processos técnicos e científicos.

A alínea "b" ("meios de locomoção e comunicações") abrange claramente as atividades de telecomunicações e, por extensão, os serviços de provedor de internet.

Em outros termos, a Lei nº 5.194/1966 estabelece atividades relacionadas à comunicação multimídia, revestindo-se o serviço no campo das telecomunicações como uma das modalidades de engenharia, isto é, o serviço de provedor de internet também é de responsabilidade do CREA.

Portanto, a própria classificação de eventual empresa licitante, ao indicar sua atuação em "*Serviços de Telecomunicações*", com ou sem fio, demonstra que suas atividades estão intrinsecamente ligadas às atribuições dos profissionais de engenharia e, conseqüentemente, sujeitas à fiscalização e regulamentação do CREA.

Nesse sentido, resta claro a necessidade de inclusão de aspectos técnicos que possam auferir a habilidade técnica da empresa a ser contratada, requerendo-se, portanto, a inclusão do atestado de capacidade técnica registrado junto ao CREA, bem como comprovação de registro da empresa e do engenheiro junto ao CREA para a participação no Pregão Eletrônico nº 31/2025.

Ainda, o caráter dos serviços, chama a aplicação da Lei nº 6496/1977, que dispõe logo em seu primeiro artigo: "*Art 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART).*"

Considerando a relevância dos serviços a serem contratados e os riscos inerentes à sua execução inadequada, solicitamos que o Edital seja retificado para incluir os seguintes requisitos de qualificação técnica:

1. **Especificação clara sobre os critérios de comprovação da capacidade técnica**, garantindo, ao mínimo, que os atestados apresentados estejam devidamente registrados no CREA e sejam compatíveis com o objeto do contrato.
2. **Exigência de registro da empresa no CREA**, conforme disposto no artigo 67, inciso V, da Lei nº 14.133/2021;
3. **Exigência de registro do engenheiro responsável no CREA**, conforme disposto no art. 67, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Caso a Administração decida manter a ausência dessas exigências, solicitamos a apresentação de justificativa técnica detalhada e fundamentada para a dispensa dos requisitos básicos de qualificação técnico-operacional, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e nas decisões dos Tribunais de Contas.

A inclusão desses requisitos não representa uma restrição indevida à competitividade, mas sim um mecanismo essencial para garantir que apenas empresas aptas participem da licitação, assegurando um serviço eficiente e de qualidade para o Município.

Diante do exposto, requer-se a imediata retificação do Edital, garantindo que a Administração exija, ao menos, atestados de capacidade técnico-operacional devidamente registrados no CREA e a comprovação da regularidade profissional da empresa participante, em conformidade com a legislação vigente e as melhores práticas de contratação pública.



3. DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, pugna pelo regular recebimento e processamento da presente impugnação, dada sua tempestividade e regularidade e, ao final, seu provimento para o fim de:

- a) Promover a inclusão, ao mínimo, de atestado de capacidade técnica registrado junto ao CREA (art. 67, II, da Lei nº 14.133/2021);
- b) Promover a inclusão de necessidade de registro da empresa licitante na entidade profissional competente (art. 67, V, da Lei nº 14.133/2021), bem como do engenheiro responsável (art. 67, I, DA Lei nº 14.133/2021).

Caso não sejam efetuadas as correções requeridas, solicita-se a apresentação de justificativa técnica detalhada, demonstrando a motivação para a não inclusão dos requisitos de qualificação técnica.

Frisa-se que a decisão de manutenção do edital com as inconsistências apontadas comportará apreciação pela Autoridade Superior e pelo Tribunal de Contas competente, em sede de controle externo.

Termos em que pede deferimento.

Curitiba-PR, 19 de agosto de 2025.

WIN LICITAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 44.940.206/0001-77

Luis Alberto Hungaro – CPF nº 068.888.789-96